

AS INTERFACES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Germana de Sousa Vieira ¹
Carine dos Santos Bessa ²
Antonia Solange Pinheiro Xerez ³

RESUMO

O presente estudo busca compreender a concepção de assistência estudantil na educação profissional, a partir do entendimento que, ao mesmo tempo em que aparenta possuir interface com a educação, a assistência na relação com aquela parece ocupar posição secundária ou mesmo dispensável. A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pode ser considerado o marco na implantação das ações assistenciais, conforme o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Nesse sentido, foram elaborados os regulamentos da assistência estudantil nos Institutos Federais para definir o caráter da interface entre as políticas públicas de assistência social e de educação que, dependendo do grau de valorização e de efetividade dessa interação reforça ou enfraquece a razão de ser da assistência estudantil. A investigação perpassa um diálogo sobre as categorias: Assistência Social, Educação Profissionalizante e Assistência Estudantil. Realizamos pesquisa bibliográfica e análise dos documentos sobre o tema, a fim de constituirmos o referencial teórico de análise pautado na perspectiva da crítica à sociedade capitalista. A partir dos estudos realizados e também da análise dos documentos, articulando-os entre si, a pesquisa se apresentou como relevante pois aponta para a tendência dominante no contexto educacional de reforçar o mérito, associado ao êxito estudantil, em detrimento do direito do estudante de ser assistido nas suas necessidades sociais para ser exitoso. Nesse sentido, concluímos ser necessário pensar a assistência estudantil como unidade que resulta de uma identidade orgânica entre assistência social e educação se posicionando em favor de uma perspectiva universalizante da educação como política social.

Palavras-chave: Assistência Social, Educação Profissionalizante, Assistência Estudantil, Política Social.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho guarda correspondência com a minha inserção profissional, iniciada em 22 de março de 2014, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus de Morada Nova⁴, em um contexto de expansão da demanda da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica quando tomei posse do cargo de Assistente Social.

¹ Mestra em Educação e Ensino pelo Programa de Mestrado Acadêmico Intercampi da Universidade Estadual do Ceará - CE, germanasvieira@gmail.com;

² Mestra em Educação e Ensino pelo Programa de Mestrado Acadêmico Intercampi da Universidade Estadual do Ceará - CE, c.s.bessa@hotmail.com;

³ Professora orientadora: Doutora em Educação em Educação pela Universidade Nove de Julho - SP, Professora no Mestrado Acadêmico Intercampi da Universidade Estadual do Ceará – CE, antonia.xerez@uece.br;

⁴ O município de Morada Nova está localizado na Mesorregião do Jaguaribe, na Microrregião do Baixo Jaguaribe, no vale do Jaguaribe, estando a 168 km de distância da capital Fortaleza.

Olhar na minha história profissional e avaliar como me inseri e aprendi a ser assistente social na educação remete a uma série de indagações e possibilidades, pois se desenvolver profissionalmente demanda tempo e está imbricado com as experiências de vida de cada ser. Nessa nova realidade, iniciei “sozinha” meu trabalho pois fui a primeira, e durante alguns meses, a única profissional do Setor de Assistência Estudantil do campus. Durante os cinco anos que estou em Morada Nova, atuo, especificamente, na Assistência Estudantil (AE), somado a outros profissionais de diversas áreas de atuação, compondo a equipe multidisciplinar do setor, sendo estes: psicólogo, nutricionista e enfermeira.

Esta inserção permitiu a constatação de frequentes questionamentos de profissionais do referido Instituto quanto à justeza de se implementar programas assistenciais de repasse financeiro ao estudante, visando minorar agravos que dificultavam a sua manutenção e/ou permanência na Instituição, sem condicionalidades por constituírem direitos. Os questionamentos traziam velados o mesmo discurso veiculado pelo senso comum, de que transferências de renda às camadas mais pobres da população incentivam a preguiça.

As indagações suscitaram a busca de compreensão da Assistência Estudantil, a partir da concepção de “assistência” que a nomeia, já que é esta nomeação que situa a Assistência Estudantil em um lugar subalterno e incompatível com o critério do mérito pelo qual se pauta a educação, especialmente aquela regida pela ética capitalista do trabalho. Identificamos inicialmente, que a retirada programática da Assistência Estudantil de seu verdadeiro referente, que é a política pública de Assistência Social, impede que esta seja vista como um meio legítimo de inclusão social no campo da educação contribuindo no acesso, permanência e êxito do estudante.

Nesta pesquisa entendemos que as políticas (Educação e Assistência Social) estão organicamente relacionadas. E podemos ratificar isso ao citar os marcos legais da Política de Educação aonde se encontram as bases para o surgimento e materialização da Assistência Estudantil, conforme disposto no artigo 206, inciso I, da Constituição Federal de 1988, o qual considera que o ensino deve ser ministrado com base na igualdade de acesso e permanência na escola; e, para tanto, a assistência estudantil é concebida como um mecanismo para a concretização da educação na qualidade de direito universal e dever do Estado e da família. Citamos também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a qual pauta-se igualmente pela universalização do atendimento e baseia-se nos princípios de democratização do acesso, permanência e qualidade social, que direta ou indiretamente contemplam a Assistência Estudantil.

Nas análises desses marcos legais compreendemos que a Assistência Estudantil para além de uma mera provisão material, assume o papel de formação e transformação na vida dos discentes. Contudo, temos a percepção de que essa ampliação da ação da Assistência Estudantil só se torna real quando há interface colaborativa entre as políticas de assistência social e de educação. Conforme Pereira-Pereira (2013), a natureza intersetorial da Assistência Social, faz com que seja possível transitar com mais facilidade e adaptação do que as demais políticas sociais pelo interior de todas elas.

A intersetorialidade citada acima pode ser analisada, por exemplo, através do PNAES, instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. O PNAES propicia o estabelecimento de vínculos entre Assistência Social e Educação, a partir da previsão de ações de caráter social no âmbito da permanência na educação, conforme disposto em seu parágrafo 1º, nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Com base nessas considerações iniciais pretendemos nesse estudo evidenciar as interfaces das políticas de Assistência Social e Educação, por meio da demonstração da possibilidade de existência de vínculo orgânico entre a política de Assistência Social com a Assistência Estudantil. Citando Pereira-Pereira (1998): “o desafio [da intersetorialidade] é transformar interfaces em vínculos orgânicos capazes de produzir, de fato, encadeamentos dinâmicos e positivos” (Idem, p.250).

Elegemos como unidade empírica de análise a Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais, onde procuraremos identificar, na prática, a organicidade ou não da relação entre as políticas de Assistência Social e de Educação, mesmo diante de sua ausência aparente, assim como a interface entre ambas nos referidos programas.

Destacamos ainda o contexto sociohistórico neoliberal que vivemos, que enfatiza o mercado como o principal agente de bem-estar social, enaltecendo as individualidades e a meritocracia; e, por isso, as políticas aqui tratadas na perspectiva dos direitos de cidadania social, processam-se na contracorrente dentro desse contexto.

Para uma melhor análise sobre o objeto estudado nos pautaremos nas seguintes questões: 1. Qual a concepção de assistência presente nas ações de Assistência Estudantil dos Institutos Federais brasileiros: ela fortalece a Assistência Estudantil como direito ou a estigmatiza como benemerência do Estado? 2. Como se dá, nas ações da Assistência Estudantil dos Institutos Federais, a interface entre Assistência Social e Educação? 3. Por que a

implementação de programas caracterizados como auxílio financeiro na assistência estudantil atrela esse tipo particular de assistência a um conjunto de estigmas disseminados pela ética do trabalho, na ordem capitalista - mesmo quando o indivíduo se encontra em processo de formação escolar?

Esses questionamentos acima irão nortear a busca pelos objetivos da pesquisa, quais sejam: Identificar a existência de relação orgânica entre a assistência estudantil e as políticas públicas de Assistência Social e Educação; Averiguar o caráter da interface estabelecida entre as duas políticas públicas - Assistência Social e Educação - na perspectiva de que a Assistência Estudantil cumpra a sua finalidade de permanência e progressão do estudante na Escola como um direito de cidadania social; Analisar o percurso de surgimento e desenvolvimento da política de Assistência Estudantil no Brasil, de modo a identificar determinantes estruturais e históricos que induzem e explicam a tendência em curso de a sociedade do capital combinar direito e assistência, como sinônimo de assistencialismo, no ambiente escolar.

A metodologia mostra o percurso a ser seguido na investigação de um problema, sem o qual o caminhar da investigação é dificultado. Nela está contido o método de abordagem escolhido, a definição das etapas da pesquisa, o tipo de pesquisa a ser realizada e as técnicas e instrumentos indicados para a realização da investigação. Netto (2009), afirma que o caminho para conhecer o objeto tem uma divisão clara entre a ordem do real e do pensamento. Uma vez determinado o objeto, inicia-se “pelo real e pelo concreto, que aparecem como dados; pela análise, um e outro elemento são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações mais simples” (Idem, p.683-684).

Seguiremos o método que se baseia em Marx; um método que parte da aparência para a essência em um movimento que se faz possível quando se usa da abstração, compreendida como a “capacidade intelectual” de separar elementos ou propriedades do objeto para proceder seu exame, possibilitando o descarte de outros elementos.

Consideramos ser este o método mais acertado para se compreender as relações e contradições contidas no objeto deste estudo, capazes de desmitificar os conceitos pré-concebidos no atual debate sobre a Assistência Estudantil, que não refletem as reais características de uma política assistencial, garantidora de direitos, no âmbito da educação. Neste sentido, partiremos do nível mais abstrato da assistência estudantil para chegar ao nível mais concreto da realidade que a solicita, visando, assim, obter explicações mais concretas.

Inicialmente, partimos com a revisão de literatura com vista a conhecer, a trajetória da assistência estudantil no contexto brasileiro; e, a partir dessa revisão, definir os contornos

mais precisos da análise a ser empreendida. Essa tarefa demandou pesquisa bibliográfica sobre o que se tem produzido a respeito do tema e em que parâmetro de análise essa produção está sendo problematizada, além de verificar quais respostas poderiam orientar a obtenção de informações e dados em fontes secundárias ou indiretas e primárias ou diretas. Também utilizamos a análise documental, onde concentramos prioritariamente, no estudo das políticas de Assistência Estudantil do IFCEs, por ser este o instrumento legal que formaliza o entendimento de Assistência Estudantil de acordo com as disposições do PNAES.

Ressaltamos que problematizamos a Assistência Estudantil a partir do conceito de Assistência Social situando-a no debate das políticas sociais e de proteção social, uma vez que, segundo Pereira-Pereira (1996), as noções de assistência baseadas no senso comum a contrapõem às atuais concepções de política social, promoção/proteção social, direito de cidadania e trabalho remunerado.

Neste sentido, as análises realizadas junto à Assistência Estudantil já permitem ratificar o seu potencial de diálogo com a política de Assistência Social, contribuindo com a permanência do discente na Instituto Federal através do atendimento das necessidades sociais básicas no âmbito educacional, que podem extrapolar a mera provisão material. Tais assertivas apoiam-se em uma concepção crítica da Política de Assistência Social que se incorporam a questões conceituais, estruturais e práticas da Assistência Estudantil.

É no contexto desse entendimento que se encontram os fundamentos da Assistência Estudantil. Daí a importância de se explicitar conceitos que lhes são correlatos, como forma de demonstrar que eles não são estanques, mas relacionados e em constante construção, de acordo com as particularidades e mudanças históricas que se operam nas sociedades. Além disso, vale lembrar que os significados que lhe são atribuídos influencia a forma de conceber a unidade empírica de análise deste projeto - a Assistência Estudantil.

METODOLOGIA

A escolha do método na pesquisa parte da necessidade de se conhecer e explicar o objeto de estudo não pelas suas manifestações empíricas ou fenomênicas, embora estas sejam o ponto de partida do conhecimento; mas sim, de desvendar, por aproximações sucessivas, o que está oculto e só pode ser captado, em seus aspectos essenciais, por meio de abstrações embasadas na relação entre teoria e dados reais.

Conforme já apresentado teremos como caminho o método que se baseia em Marx; ou seja, como fundamentação epistemológica utilizaremos o materialismo histórico, concebido

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

como “ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática dos homens, no desenvolvimento da humanidade” (TRIVIÑOS, 2010, p. 51). A escolha pelo materialismo histórico se deu por este se pautar pela dinâmica da realidade social, dos seres humanos em sociedade e de sua capacidade de “fazer” história.

Consideramos que o materialismo histórico é o método mais acertado para se compreender as relações e contradições contidas no nosso objeto de pesquisa e com isso, realizar o movimento de partir do nível mais abstrato da assistência estudantil para chegar ao nível mais concreto da realidade que a solicita, visando, assim, obter explicações mais concretas.

Após a definição do método da pesquisa precisamos definir as técnicas e instrumentos que norteará todo o processo de elaboração da pesquisa empírica. Segundo Netto (2009), “instrumentos são meios de que se vale o pesquisador para ‘apoderar-se da matéria’, mas não devem ser identificados como o método” (Idem, 675-676).

Inicialmente a foi feita a revisão de literatura que demandou pesquisa bibliográfica sobre o que se tem produzido a respeito do tema e em que parâmetro de análise essa produção está sendo problematizada, além de verificar quais respostas poderiam orientar a obtenção de informações e dados em fontes secundárias ou indiretas e primárias ou diretas. Em paralelo usamos a técnica da análise documental dessa produção contida em documentos e textos escritos, que compreendem “desde leis e regulamentos, normas, pareceres (...) [artigos de] jornais, revistas, discursos, (...) até livros e estatísticas” (LÜKDE; ANDRÉ, 1986, p. 38). Utilizamos também como fontes de pesquisa, como documentos eletrônicos, nos mais diversos formatos, além de livros e artigos de referência, periódicos científicos, dissertações e teses, documentos institucionais, relatórios e normatizações internas.

Mazzotti (2002), por exemplo, destaca a importância da revisão bibliográfica na contextualização do problema investigado. Em nossa pesquisa o suporte da revisão bibliográfica foi contínuo nos diversos momentos da investigação, desde o delineamento do tema e da problemática até a definição do referencial teórico e metodológico.

Com o levantamento documental, foram analisadas legislações e documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Plano de Ação Anual (PAA). Política de Concessão de Auxílios Estudantis e a Política de Assistência Estudantil.

Os documentos constituem (...) uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações (...). Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem

em um determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (LÜKDE; ANDRÉ, 1986, p.39).

Em relação à interpretação dos dados e informações obtidas, a escolha feita foi pela análise qualitativa por permitir ao pesquisador aproximação ao material coletado de forma mais interativa; partiu-se da apreensão do conteúdo contido nas políticas de assistência estudantil, à luz do PNAES, informada por um quadro de referência conceitual – assistência social, educação, trabalho, direitos sociais e mérito – que permitiu a descrição das características das ações guiada por uma concepção de assistência estudantil. Só então foi possível compreender e explicar quais elementos contribuem ou determinam a configuração atual da assistência estudantil nos Institutos.

Conforme Chizzotti (2006), as pesquisas qualitativas pressupõem a ação humana, considerando que a vontade e liberdade interferem nos fatos e dão-lhe significado. Com isso, a partir da análise qualitativa fizemos ilações que permitissem extrair atribuições de significados à assistência estudantil, na relação entre mérito e direito, e identificar fatores que contribuam ou determinam o espaço destinado à conjugação entre assistência social e educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente precisamos contextualizar o papel do Estado no sistema metabólico do capital e como sua intervenção, através das políticas sociais, é realizada nos momentos de crise quando as contradições imanentes do capital são postas em evidência. Esse cenário, de acordo com Mézáros (2011), exige a figura do Estado desempenhando o seu papel de intervir nos efeitos da crise do capital para manter o equilíbrio da produção capitalista.

Esse papel do Estado apresenta-se de forma divergente no contexto da luta de classes: Para as classes dominantes o Estado se configura como uma instituição independente, a qual visa o interesse coletivo para a manutenção harmônica das relações sociais vigentes; no entanto, Marx e Engels (1999) apresentam o Estado como um instrumento de dominação de classe. Eles apresentam a crítica a função social do Estado ao afirmarem que

Sendo, portanto, o Estado a forma através da qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições públicas têm o Estado como mediador e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa sobre a vontade e, melhor ainda, sobre uma vontade livre, desligada da sua base concreta [...]. (1999, p. 124)

Concluimos que o Estado atende na sociabilidade capitalista, a garantia da propriedade privada e a manutenção do poder político os interesses da classe que detém o poder político, a classe dominante. Coutinho (1992) cita que a “teoria marxista clássica do Estado” é ampliada por Gramsci, a partir de sua realidade vivenciada. O conceito de Estado ampliado de Gramsci, conforme Coutinho (1992, p. 76) é formado pela:

1) sociedade política, também chamada de “Estado em sentido restrito” ou de “Estado-coerção”, caracterizada pelo “conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência”; 2) sociedade civil, formada pelo “conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura [...] etc.”

Entendemos então que para Gramsci, o Estado é como “uma hegemonia revestida de coerção”. Ainda conforme Coutinho (1992), Gramsci afirma que o aparelho estatal, em sua integralidade, permanece com o papel de conter a queda da taxa de lucro e manter o complexo global vigente. No entanto, mesmo com a forte intervenção do Estado no período keynesiano, o capital desembocou na crise estrutural, nos anos de 1970.

No modo de produção capitalista existe duas das modalidades de Estado: Estado de Bem-Estar e Estado Mínimo. Iniciamos apresentando o Estado de Bem-Estar Social, que segundo Netto e Braz (2006), surgiu no período aproximado do fim da Segunda Guerra Mundial. Ainda, segundo estes autores, esta fase apresentou uma clara regulação estatal (com base nas ideias de Keynes) nos efeitos da crise econômica e apresentou uma taxa de crescimento econômico nunca visto na era do capitalismo.

Conforme Bering e Boschetti (2011), ao responder à crise de 1929, Keynes propôs a intervenção do Estado para reativar a produção exercendo um duplo papel, o de produtor e regulador. As autoras atribuem o período denominado de “gloriosos” ou de “ouro” à monopolização do capital que se deu por meio da intervenção ocasionada pelo Estado na economia e no mercado.

O Estado de Bem-Estar Social se caracterizou pela resistência do movimento operário e sindical, que fez o Estado incorporar demandas sociais dos trabalhadores, ou seja, adotou medidas de caráter social protetor, reconhecendo direitos sociais para se legitimar. Desta forma, houve uma consolidação e ampliação de políticas sociais. Netto e Braz (2006) relatam que, mesmo com a efetivação de políticas públicas no âmbito social, o Estado de Bem-Estar não foi suficiente para que os trabalhadores conseguissem sair da situação de classe explorada.

No entanto, permeada pela luta de classes, a intervenção estatal por meio da incorporação de políticas públicas estatais foi uma conquista dos movimentos sindicais e operários.

Destacamos que Lessa (2013, p.122), na obra *Capital e Estado de Bem-Estar*, afirma que o Estado de Bem-Estar é um “falso socialmente necessário”⁵ que serviu para organizar as desigualdades originárias das relações capitalistas num dado momento histórico.

No Brasil, o período entre 1930 a 1980 trouxe o aprofundamento da industrialização e regulação das relações de trabalho, ocasionando o avanço do assalariamento da mão-de-obra no país, segundo Silva e Yazbek (2012, p.12), consequência da “passagem do modelo de desenvolvimento agroexportador para o modelo urbano-industrial”. O nosso Sistema de Proteção Social nesse período se direcionava apenas para as pessoas inseridas no mercado de trabalho, enquanto isso, na atividade rural, as pessoas que viviam da economia de subsistência, eram excluídas do suporte de um Sistema de Proteção, como também os que saíam do campo para a cidade e não conseguiam se inserir no mercado de trabalho.

De acordo com Netto e Braz (2006), com o esgotamento e aprofundamento da crise do capital, o capitalismo contemporâneo se caracterizou pela supressão de todas as regulamentações que foram resultados das lutas dos trabalhadores, sejam elas no âmbito social (desmonte dos direitos sociais) ou trabalhista (flexibilização das relações de trabalho). Para legitimar sua ação, o capital se utilizou de um conjunto ideológico, denominado de neoliberalismo. De acordo com Netto e Braz (2006, p. 226), a ideologia neoliberal:

[...]compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado).

As bases do Estado Neoliberal – Estado Mínimo - redireciona as prioridades nas despesas públicas para favorecer áreas com alta rentabilidade e retorno econômico, em detrimento das áreas sociais, como assistência social, educação, previdência, saúde, segurança e infraestrutura (FONSECA, 2006). A figura do Estado passa a ser meramente normativa e administradora, e o Estado neoliberal apresenta como premissa o individualismo, que parte do pressuposto, segundo Harvey (2008), de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade que advém do mercado e do comércio.

⁵ Lessa afirma que o Estado de Bem-Estar é uma categoria construída pelo capital para falsear o real. Por mais que houvesse uma base material que lhe permitisse uma verdade aparente, a categoria do Estado de Bem-Estar é ineficaz para compreender os fenômenos do mundo material em sua essência, por isso o Estado de Bem-Estar é um mito (LESSA, 2013).

Essa característica do Estado Neoliberal no Brasil influenciou as políticas sociais que passaram a ter como condição de existência a lógica do mercado, o individualismo e privatização. Integrada a essa condição, as políticas sociais passaram a ser seletivas e focalistas. Exemplo disso foi a contrarreforma do Estado, no final dos anos 1980, que segundo Behring (2009), caracterizou-se por contenção de gastos sociais, implicando no desmonte dos direitos sociais e na sua desvinculação com a política social, já que esta se torna focalizada, descentralizada e privada. “(...) trata-se de desuniversalizar e assistencializar as ações, cortando os gastos sociais e contribuindo para o equilíbrio financeiro do setor público” (Behring, 2009, p. 310). Nessa proposta, o Estado só intervém nas políticas públicas se o mercado e/ou a sociedade civil não conseguirem dar conta dos “problemas sociais”.

Essa nova ordem estabelecida pelo desenvolvimento do capitalismo mundial reverberou na educação, que desde o toyotismo, com a ideologia da qualificação profissional como garantia de uma empregabilidade, escamoteia a exclusão própria do capitalismo gerando na dinâmica social uma expectativa frustrada de integração ao âmbito do trabalho. Podemos afirmar que no Brasil, a Política de Educação mantém relação com o desenvolvimento capitalista e com as novas formas de organização do âmbito do trabalho. Conforme Lessa (2013), no campo da Educação, o Estado de Bem-Estar manteve as desigualdades socioeconômicas, perpetuando a estrutura atual de classe – classe explorada e classe exploradora.

Silva cita (2003, p. 64-65),

[...] No discurso neoliberal, a educação é convocada para resolver os problemas de qualificação da força de trabalho, sem a qual inviabilizaria a inserção no mercado de trabalho. Nesse caso, a educação é convocada como única alternativa para resolver os problemas de desemprego e as exigências de competitividade da economia. Reforça-se, assim, o pressuposto de que a inserção no mercado depende da capacidade de o indivíduo desenvolver suas habilidades e a associação do desemprego com a falta de qualificação. Enquanto isso, oculta-se o protagonismo das políticas neoliberais na promoção das desigualdades sociais, da precarização do emprego, enfim, da degradação das condições de vida.

Explicando melhor, o capital levantando a bandeira da Liberdade, Igualdade e Fraternidade adota um discurso universalista e igualitário, e afirma que todos são livres para buscar condições materiais que possibilitem uma melhor posição social. Portanto, ao indivíduo cabe investir na sua capacitação para que, assim, ele possa ser utilizado pelo mercado de trabalho. Esse discurso culpabiliza o indivíduo caso este não venha a ser absorvido pelo mercado, pois este não foi capaz de atender às exigências deste.

A articulação entre a assistência social e educação, tornou-se imperativa quando os filhos da classe trabalhadora e o próprio trabalhador passaram a integrar a escola. Essa integração fez-se necessária para cumprir com a finalidade de atendimentos pelas desigualdades de classe. Ainda persiste na formação da escola brasileira uma associação com práticas assistencialistas, que não foram totalmente rompidas. Apesar da assistência social ser vista como um direito desde a Constituição Federal de 1988 e a educação nessa mesma lei ser caracterizada como universal, ainda se reproduzem opiniões que inconscientemente resgatam a tradição e o senso comum da subalternidade de quem acessa a política de assistência, concebendo a existência de escolas diferenciadas: voltada para ricos e para pobres.

A ratificação desse posicionamento, pode ser exemplificada por Pereira-Pereira (1996), ao analisar programas na área da educação que deveriam apresentar interface com a assistência social, mas que são contrapostos por uma falsa delimitação do que se constitui como assistência que transita da necessidade imediata e tangível para uma necessidade intangível.

Neste panorama, a Política de Assistência Estudantil está inserida no marco da educação profissional e nas suas interfaces com a assistência social e educação. Portanto, faz-se necessário considerar, no campo de discussão das políticas sociais, que as complexidades as quais conformam as desigualdades sociais, não podem ser devidamente tratadas sem a potencialidade de articulação destas políticas.

A história da Educação Profissional no Brasil, como afirma Manfredi (2002), apresenta traços multifacetados e ainda em construção. Neste sentido, a assistência estudantil caracteriza-se como parte desta história em construção, visto que, os Institutos Federais – criação recente e fruto da instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT – são hoje uma nova forma de se “fazer” educação profissional, com traços próprios.

A constituição do ensino profissional, segundo Cunha (2000), apresenta certa omissão que em parte se explica pelo fato de que os historiadores da educação brasileira se preocupam, principalmente, com o ensino que se destina às elites políticas e ao trabalho intelectual, deixando o trabalho manual em segundo plano – atitude consistente, aliás, com sua própria formação (Idem, p.89).

A Educação Profissional é uma educação voltada para o labor, que tem em sua gênese a formação da força de trabalho. Logo, pensar Assistência Estudantil na Educação Profissional, é partir do referencial de educação destinada aos trabalhadores. Ratificando essa pontuação, Carvalho (2003), afirma que a concepção de educação profissional tem a sua

trajetória marcada por determinações que visam atender necessidades e expectativas do mercado de trabalho.

Na atualidade, a luta pela garantia do direito à educação não se limita a garantia do acesso do discentes, mas, também, a permanência de estudantes pertencentes à classe trabalhadora, tendo em vista que esta fica cada vez mais impossibilitada de suprir os bens necessários para sua reprodução (fisiológicas e histórico sociais). Essa questão fortalece a importância da Política de Assistência Estudantil e o que ela proporciona aos trabalhadores e suas famílias para a real de efetivação do direito à Educação.

Inicialmente, a Assistência Estudantil surge como uma possibilidade de fazer com que os estudantes da classe trabalhadora consigam concluir seus estudos, pois, para manter este estudante na instituição de ensino, a família terá gastos com alimentação, transporte, vestimenta, material didático, entre outros, através do subsídio em forma de pecúnia para auxiliar nas condições materiais de permanência dos trabalhadores e sua família na política de educação.

Ressaltamos que a Assistência Estudantil em si não é suficiente para que ela obtenha os resultados esperados, como demanda da classe trabalhadora, portanto ela precisa estar interligada ao desenvolvimento de outra política para conseguir alcançar seus objetivos.

Finalizamos essas reflexões falando da educação única, nos termos de Gramsci, pois entendemos que a assistência estudantil não deve se limitar ao seu acesso e à sua permanência nas instituições de ensino, mas que tenha como objetivo contribuir no processo de formação dos sujeitos a partir da construção de espaços coletivos de discussão e reflexão sobre a sociedade contemporânea e suas relações desiguais, questionando suas formas de dominação e poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos realizados, apreendemos que pensar a assistência estudantil é considerar que o direcionamento da sua função integra o conjunto de mudanças em tempos de direitização, monetarização e laborização, das políticas sociais. Por isso precisamos não reforçar mecanismos que compactuem com estas propostas e também buscar formas de resistência, que garantam não só o acesso, mas também a permanência dos estudantes na educação.

Devemos empreender o esforço formulativo que direciona princípios, objetivos, diretrizes que, por vezes, se dá no campo formal da constituição destas políticas, articulando

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

perspectivas de educação, assistência social e, primordialmente, verificar as interfaces entre estas políticas na busca por concepções universalistas de assistência estudantil.

A educação sendo reconhecida como direito, permite que na atuação da assistência estudantil, esta seja direcionada para que realize práticas e programas universais sem qualquer tipo de discriminação de classe, cor, gênero, credo, deficiência, dentre outras formas que permitam pensar o ser humano em sua integralidade. Ou seja, a assistência estudantil não se restringe a mera provisão de recursos financeiros para os alunos; e deve viabilizar a identificação de outros fatores de risco, que podem contribuir para interrupção dos estudos e, além disso, que possam comprometer a integridade do estudante como pessoa.

Neste sentido, a assistência estudantil, revela-se como uma política que, mesmo quando se refere à vulnerabilidade social/socioeconômica, pode ser acionada por qualquer estudante, pois não se trata somente de desigualdade de renda.

Na Educação Profissional, entendemos que a assistência estudantil possui relações permanentes com a assistência social, e esses estão articulados com a educação, os quais sem a interface colaborativa entre ambas as políticas, a educação não desenvolveria a sua dimensão social. Ou seja, analisar a assistência estudantil, separando os conteúdos e as práticas no campo da educação e da assistência social é equivocada.

Os significados da assistência social ganham no espaço educacional/acadêmico feições próprias, ou seja, na assistência estudantil, as principais tarefas de seus agentes consistem, atendimento e orientação dos discentes sobre os direitos e deveres, estimular a autonomia do corpo estudantil para a ação crítica em espaços políticos institucionais de participação, fazer os devidos encaminhamentos para a rede de proteção social e promover formação cidadã crítica.

As tarefas acima mencionadas, formam o escopo de atuação da assistência estudantil no IFCE, e apresentam como origem a Política de Assistência Social. Logo, entendemos que não devemos garantir apenas uma mera articulação entre assistência social e educação e sim buscar a vinculação orgânica entre essas políticas, isso se justifica pela compreensão da educação enquanto política social, e não uma mercadoria.

Concluimos que é necessário compreender a assistência estudantil como uma política social e pública, com a finalidade de combater causas que elevam os índices de evasão no IFCE. Com isso, será possível entender que as medidas da assistência estudantil se integram ao conjunto dos direitos de uma classe que direcionou forças e trabalho para a manutenção de um país, que o Estado tem o dever de saldar a sua dívida com estes, e não ao contrário, ofertando educação gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. Política Social no Contexto da Crise Capitalista. In: _____. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 301-321.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010b. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm> Acesso em: 24 out. 2019.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm> Acesso em 15 set. 2019.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. **Educação e formação profissional – trabalho e tempo livre**. Brasília: Plano Editora, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTINHO, C. N. **Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro**. São Paulo: Cortez, 1992.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP, Brasília, DF: Flasco 2000. Disponível em: <
<http://www.flascoandes.edu.ec/libros/11208-opac>. Acesso em: 16 set. 2019.

FONSECA, Laura Souza. Reestruturação produtiva, reforma do estado e formação profissional no início dos anos 1990. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria Franco. (Orgs.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008. <
https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/33824/S9200594_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y%22isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2019.

LESSA, Sérgio. **Capital e Estado de Bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LUKDE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. [S.l]: Ridendo Castigat Mores. eBooksBrasil.com, 1999.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In. _____. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica, São Paulo: Cortez, v. 1, 2006. [Biblioteca básica de Serviço Social].

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. **A assistência social na perspectiva dos direitos**: críticas aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. **As interfaces da assistência social: destaque à relação com a política de transportes**, 1998. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/7286> http://www.periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/284/109 Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **Assistência Estudantil: Direito ou mérito?** 2013. (texto inédito)

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “reforma” do estado**. São Paulo: Cortez, n. 103, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época).

SILVA, Maria Ozanira da Silva ; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo: tema e conteúdo do livro. In: _____. (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p.09-36.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e marxismo**. São Paulo: Atlas, 2010.